



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2011

(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer Informações ao Ministro da Integração Nacional sobre a aplicação e execução do Fundo Especial para Calamidades Públicas – FUNCAP, nos últimos 5 (cinco) anos, especialmente se está sendo aplicado e executado em atividades preventivas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado o pedido de informações, a seguir formulado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho, Ministro de Estado da Integração Nacional sobre a aplicação e execução do Fundo Especial para Calamidades Públicas – FUNCAP, nos últimos 5 (cinco) anos, especialmente se está sendo aplicado e executado em atividades preventivas.



JUSTIFICATIVA

O Brasil, outrora um país rural, urbanizou-se rapidamente sem que o Estado tenha conseguido se adequar. Hoje, temos 87% da população vivendo nas regiões metropolitanas, numa ocupação desordenada, sem planejamento e com precária infraestrutura. O lado visível do problema é o adensamento populacional e as recorrentes tragédias advindas das chuvas, como a ocorrida na região serrana fluminense, que está entre os dez piores deslizamentos do mundo nos últimos 111 anos, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas).

Importante destacar que, em 2008, o Estado de Santa Catarina também sofreu os efeitos de fortíssimas chuvas. O morro do Baú, no município de Ilhota, com cerca de 10.500 habitantes, foi severamente castigado, mas não houve vítimas fatais. Em 2010, repete-se o problema e o Morro do Baú, desta vez, foi arrasado, deixando vários desabrigados. Agora, no início de 2011, aconteceram novas tragédias em vários municípios daquele Estado.

Chuvas fortes, nos meses de março, novembro e janeiro têm causado graves transtornos principalmente nas regiões sul e sudeste, a exemplo do ano 2009. Repetiram-se tragédias já havidas em anos anteriores. Na década de 1960, a cidade do Rio de Janeiro sofreu muito, e, de lá para cá, obras importantes foram feitas e as tragédias mitigadas. Entretanto, no estado do Rio de Janeiro, não se pode comemorar. Em 2010, ocorreram 31 mortes nesse estado, só no Morro do Bumba, em Niterói, foram mais de 30 mortes. Eventos desse tipo, classificados na linguagem geológica como Desastres Naturais, já assolaram e motivaram grandes perdas econômicas e humanas no nosso país, além de terem deixado inúmeros desabrigados.



Câmara dos Deputados

Apesar dessas tragédias recorrentes, as ações ainda são puramente paliativas. Para mitigar a última tragédia ocorrida na região serrana, o Governo Federal, lançou esquemas emergenciais, que deixam de lado uma discussão crucial: o planejamento em longo prazo, relacionado à prevenção. Liberou recursos de FGTS para as vítimas e dinheiro para os municípios afetados, com o propósito de socorrer a população e prevenir possíveis doenças relacionadas às contaminações de fundo hídrico, comuns nessas situações; sobrevoou áreas atingidas e instituiu, inclusive, um gabinete de crise. Nos desastres de Angra dos Reis e do Morro do Bumba, no ano passado, não foi diferente, sempre atuando apenas corretivamente, em vez de atuar na prevenção, na fiscalização das ocupações das encostas ou em planos de contingência.

O curioso é que quanto mais os desastres naturais crescem, mais diminui a disposição do Governo Federal em preveni-los. A ONG Contas Abertas informa que a verba para a “prevenção e preparação de desastres” caiu em 18% no orçamento de 2010 para o de 2011 e o Ministério da Integração Nacional deixou de investir, nos últimos sete anos, quase R\$ 1,8 bilhão na prevenção de danos e prejuízos provocados por desastres naturais em todo o país. Entre 2004 e 2010, o programa registrou dotação autorizada de R\$ 2,3 bilhões, dos quais apenas R\$ 539,8 milhões (23%) foram aplicados. Assim, de cada R\$ 4 previstos em orçamento, menos de R\$ 1 foi aplicado em prevenção. Além disso, os dados mostram que, a cada R\$ 10 gastos com as chuvas, R\$ 9 servem para remediar e apenas R\$ 1 para prevenir. Seria mais econômico e mais produtivo inverter esses dados.

Por fim, cabe destacar que foi vetado na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO de 2012, em seu anexo IV, o item 7: “despesas com prevenção e preparação para desastres, no âmbito do Ministério da Integração Nacional – Secretaria Nacional de Defesa Civil”, mesmo com todas as tragédias ocorridas e as que ainda estão por vir.



Câmara dos Deputados

Portanto, em face da clara relevância nacional que tem a matéria, requero a Vossa Excelência o envio deste Requerimento, nos termos legais e regimentais, ao Excelentíssimo ao Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho, Ministro de Estado da Integração Nacional para prestar informações sobre:

- a aplicação e execução do Fundo Especial para Calamidades Públicas – FUNCAP, nos últimos 5 (cinco), especialmente se está sendo aplicado e executado na prevenção de desastres naturais,
- os dados trazidos pela ONG Contas Abertas: “a verba para a “prevenção e preparação de desastres” caiu em 18% no orçamento de 2010 para o de 2011 e o Ministério da Integração Nacional deixou de investir, nos últimos sete anos, quase R\$ 1,8 bilhão na prevenção de danos e prejuízos provocados por desastres naturais em todo o país.”
- o motivo de ter sido vetado no anexo IV da LDO de 2012 o item 7: “despesas com prevenção e preparação para desastres, no âmbito do Ministério da Integração Nacional – Secretaria Nacional de Defesa Civil”.

Sala das Sessões, em de setembro de 2011.

Deputado Rubens Bueno

PPS/PR